

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ADMINISTRADOR

INSTRUÇÕES

Antes de iniciar, confira as páginas de seu Caderno de Prova e sua sequência numérica das questões, comunicando qualquer falha ao fiscal para providências, pois não poderá fazê-lo posteriormente.

- Este caderno contém a PROVA OBJETIVA com 100 (cem) questões, sem repetição ou falhas.
- O tempo disponível para realização da prova será de **4 horas e 30 minutos**, não havendo prorrogação por qualquer motivo.
- Para cada uma das questões, serão apresentadas 5 (cinco) alternativas designadas pelas letras:
A)
B)
C)
D)
E)
- Assinale UMA ÚNICA ALTERNATIVA PARA CADA QUESTÃO.
- A rasura ou a marcação em mais de uma alternativa no CARTÃO-RESPOSTA, ANULA A MARCAÇÃO DA QUESTÃO.
- No CARTÃO-RESPOSTA, as questões são representadas por seus respectivos números. O candidato **deverá marcar as 100 (cem) questões**, correspondentes ao número de questões deste caderno de prova.
- Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites. Exemplo:

- O candidato deverá assinar o Cartão-Resposta e transcrever para ele o texto/frase a seguir, sob pena de eliminação:

“Cultive, cuide, queira bem, o resto vem.”

- O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, riscado ou manchado, pois este documento não é substituível.
- Os três últimos candidatos deverão sair juntos e assinar a ata de sala.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

TEXTO I

Sem quórum, Câmara adia novamente leitura da segunda denúncia contra Temer

Sessão do plenário não foi realizada por causa da baixa presença de deputados. Supremo só poderá analisar denúncia contra o presidente se a Câmara autorizar.

Por Fernanda Calgareo e Alessandra Modzeleski,
G1, Brasília

25/09/2017

Pela segunda vez, Câmara dos Deputados adiou, nesta segunda-feira (25), a leitura da nova denúncia contra o presidente Michel Temer, apresentada pela Procuradoria Geral da República. Não houve presença suficiente de parlamentares para a abertura da sessão de plenário. A leitura é uma formalidade para o processo ter andamento na Casa.

A sessão de plenário havia sido agendada para iniciar às 14h. Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta. No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada. Uma nova sessão foi marcada para a manhã de terça-feira (26).

A denúncia contra Temer foi entregue pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à Câmara na quinta-feira (21). Na sexta-feira (22), a leitura já havia sido adiada, depois que a sessão do plenário foi cancelada, também por falta de quórum.

Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura. Segundo ele, a demora do governo em concluir essa etapa já é vista como uma estratégia para angariar apoio.

"A indagação que fica é: tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que

governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui? Parece que isso tudo, na verdade, faz parte do jogo. É uma sinalização que eles vão vender carinho esse apoio ao governo, como toda e qualquer matéria".

Denúncia

Temer foi denunciado ao STF pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. Mas a Corte só poderá analisar a acusação se a Câmara autorizar.

A votação pode acontecer em outubro, segundo estimou o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.

Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas. As provas apresentadas por eles compõem parte da denúncia contra Temer.

Análise na Câmara

Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

Mas, para a acusação da PGR contra o presidente seguir para a Corte, são necessários os votos de, no mínimo, 2/3 dos deputados, ou seja, 342 dos 513.

Se a Câmara não der aval ao prosseguimento do processo, a denúncia ficará parada até o fim do mandato de Temer, em 31 de dezembro de 2018.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/sem-quorum-camara-adia-novamente-leitura-da-nova-denuncia-contra-temer.ghtml>

QUESTÃO 1

O uso dos vocábulos no diminutivo tem várias funcionalidades em um texto. Sendo assim, assinale a alternativa que esclarece o uso do diminutivo para a construção da mensagem do parágrafo 5.

- A) Intui um significado pejorativo para o contexto criado pelo período.
- B) Traduz a potencialidade do ato do verbo “vender”.
- C) Expõe a descrença de Chico Alencar (Psol-RJ) em relação aos atos do presidente Temer.
- D) Soma crítica ao discurso elaborado pelo deputado Chico Alencar (Psol-RJ).
- E) Demonstra, de forma crítica, a crise na situação partidária vivenciada pelo Brasil.

QUESTÃO 2

De que maneira podemos ajustar o período “Se a denúncia seguir para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias” (Parágrafo 11) para que se perceba relação de causa e consequência na informação, sem que haja alteração de significado na mensagem?

- A) Caso a denúncia siga para o STF e os ministros decidirem aceitá-la, Temer se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- B) Para que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceita-la, Temer deverá se tornara réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- C) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- D) A denúncia seguindo para o STF e os ministros decidindo aceitá-la, no entanto Temer se tornará réu e será afastado do mandato por até 180 dias.
- E) Por mais que a denúncia siga para o STF e os ministros decidam aceitá-la, Temer se torna réu e será afastado do mandato por até 180 dias.

QUESTÃO 3

Observe a estruturação sintática dos períodos 1 e 2 para, em seguida, dispor sobre o uso do acento grave nos períodos. Verifique as declarações a respeito e opte pela alternativa **correta**.

1. Nesta quinta, o Supremo rejeitou, por 10 votos a 1, pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia à Câmara.
2. Assim como na primeira denúncia oferecida contra Temer, por corrupção passiva, caberá à Câmara dos Deputados decidir se autoriza ou não a continuidade do processo ao Supremo.

Observe as declarações:

I- No caso 1, o uso do acento grave é exigido por conta da predicação verbal, tendo em vista que o verbo “REJEITOU” é verbo bitransitivo, sendo o objeto direto é todo o trecho “pedido da defesa de Temer para suspender o envio da denúncia” e o objeto indireto é “à Câmara”.

II- No caso do período 2, “caberá” também é um verbo transitivo direto, tendo o objeto direto “à Câmara dos Deputados”.

III- Tratando dos dois casos, levantados pelos períodos 1 e 2, podemos declarar que, no período 1, a regência da preposição está centrada na expressão “envio”, exigindo o uso do acento grave que se funde com o artigo do vocábulo “Câmara”. Já no período 2, a regência da preposição está sob a influência do verbo “caberá” por se tratar de um verbo transitivo indireto.

Assinale a alternativa coerente quanto às declarações I, II e III.

- A) A declaração I está verdadeira.
- B) A declaração II está verdadeira.
- C) Apenas a declaração III está verdadeira.
- D) As declarações I e II estão verdadeiras.
- E) Todas as declarações estão falsas.

QUESTÃO 4

Na estruturação do seguinte parágrafo, verificamos que há repetições de termos desnecessários. Verifique em que item sua reescrita demonstra soluções para tal desvio textual.

A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

A) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer a leitura era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento.

B) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou tal documento impresso.

C) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou o documento impresso.

D) A leitura delas contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazê-la era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

E) A leitura de novas denúncias contra o presidente Michel Temer é uma formalidade para o processo ter andamento na Câmara dos Deputados. Fazer ela era um dos objetivos do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), pois foi um dos poucos presentes que levou as novas denúncias impressas.

TEXTO II

JOSÉ

E agora, José?
 A festa acabou,
 a luz apagou,
 o povo sumiu,
 a noite esfriou,
 e agora, José?
 e agora, você?
 Você que é sem nome,
 que zomba dos outros,
 Você que faz versos,
 que ama, protesta?
 e agora, José?

Está sem mulher,
 está sem discurso,
 está sem carinho,
 já não pode beber,
 já não pode fumar,
 cuspir já não pode,
 a noite esfriou,
 o dia não veio,
 o bonde não veio,
 o riso não veio,
 não veio a utopia
 e tudo acabou
 e tudo fugiu
 e tudo mofou,
 e agora, José?

E agora, José?
 Sua doce palavra,
 seu instante de febre,
 sua gula e jejum,
 sua biblioteca,
 sua lavra de ouro,
 seu terno de vidro,
 sua incoerência,
 seu ódio, - e agora?

Com a chave na mão
 quer abrir a porta,
 não existe porta;
 quer morrer no mar,
 mas o mar secou;
 quer ir para Minas,
 Minas não há mais!
 José, e agora?

Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse,
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?

Carlos Drummond de Andrade

QUESTÃO 5

O texto II complementa o raciocínio implícito no texto I que, embora de caráter imparcial e informativo, cria, em alguns leitores, um posicionamento em relação à situação política atual de nosso país. Assinale o item onde se esclarece tal interpretação do leitor quando faz a análise do texto I e II.

- A) No texto I, é exposta uma situação política de denúncia quanto ao atual presidente em exercício do país. Na exposição da situação, fica evidente a apatia dos deputados por não acreditarem que qualquer votação, em relação ao andamento do processo de denúncia contra Temer, faria efeito para reverter a situação política do país. No texto II, percebemos uma concepção pessimista em relação à vida de José.
- B) Tanto no texto I como no II, há uma total e clara perspectiva negativa da existência humana.
- C) Não há como estabelecer relação entre o discurso do texto I com o texto II.
- D) Muitas são as perspectivas de interpretação do texto I, inclusive não podemos tratar o destino da denúncia como indefinido.
- E) O texto II, embora de composição cronológica anterior ao texto I e de gênero

textual diverso, o eu lírico deixa claro a falta de perspectiva para a existência de José. Também ao ler o texto I, a falta de perspectiva pode existir, tendo em vista que está indefinido o destino da denúncia.

QUESTÃO 6

Aponte o verso do texto JOSÉ em que se percebe uma expectativa de esperança dada pelo eu lírico.

- A) Verso 01
B) Verso 03
C) Verso 04
D) Verso 05
E) Verso 06

QUESTÃO 7

Identifique o período, subtraído do texto I, que tem o trecho sublinhado que exerce a mesma função sintática do verso sublinhado na seguinte estrofe:

Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja do galope,
você marcha, José!
José, para onde?

- A) Era necessário que, dos 513 deputados, pelo menos 51 deputados estivessem presentes para que ela fosse aberta.
- B) No entanto, 30 minutos depois, com apenas 23 parlamentares na Casa, dos quais nove presentes no plenário, a reunião foi cancelada.
- C) Um dos deputados presentes nesta segunda, Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que acreditava que o quórum seria alcançado e trouxe a denúncia impressa para acompanhar a leitura

D) [...]tendo pressa em enterrar logo essa denúncia, por que governistas não se mobilizam para dar o quórum aqui?

E) Os advogados do presidente queriam que a Corte aguardasse a conclusão das investigações sobre se executivos da J&F omitiram informações nas delações premiadas.

QUESTÃO 8

Sobre a redação oficial, é inverídico afirmar que:

A) A redação oficial se trata da maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.

B) De intencionalidade para a comunicação pública, os atos normativos não podem ser textos de natureza obscura. Assim a publicidade implica, necessariamente, na clareza e concisão.

C) As comunicações oficiais não são necessariamente uniformes, tendo em vista que o Serviço Público não é o único comunicador, bem como não é o único receptor.

D) A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc.

E) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

QUESTÃO 9

A partir das normas do Manual de Redação da Presidência da República, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades, tratadas por Vossa Excelência, terão as seguintes formas:

I

A Sua Excelência o Senhor

Fulano de Tal

Ministro de Estado da Justiça

70.064-900 – Brasília. DF

II

A Sua Excelência o Senhor

Senador Fulano de Tal

Senado Federal

70.165-900 – Brasília. DF

III

Ao Excelentíssimo o Senhor

Fulano de Tal

Defensor Público

Rua ABC, nº. 123

01.010-000 – São Paulo. SP

Aponte a opção verdadeira:

A) O modelo I é o único correto;

B) Apenas os modelos II e III estão corretos;

C) O modelo III é o único correto;

D) Apenas os modelos I e II estão corretos;

E) Todos os modelos são reconhecidos pelo Manual de Redação da Presidência da República.

QUESTÃO 10

Aponte os aspectos comuns utilizados ao redigir *ofícios*, *avisos* e *memorandos*.

- A) **Tipo e número** do expediente, seguido da sigla do órgão a que se destina.
- B) **Local e data** em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à esquerda.
- C) **Destinatário**: o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação. No caso do memorando, deve ser incluído também o endereço.
- D) O **Assunto** pode ser facultativo no aviso.
- E) No **texto**, os parágrafos devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

QUESTÃO 11

Para Aristóteles, a excelência moral é o que torna o homem bom e justo. Assinale a alternativa **correta**.

- A) A excelência moral independe de nossas escolhas.
- B) Nossas escolhas são impetradas pelo acaso e não podemos de modo algum, nos tornar melhores pelo uso da reta razão.
- C) Para alcançarmos a excelência moral, o cálculo entre o excesso, a falta e a questão da moderação, são elementos supérfluos e desnecessários.
- D) A excelência moral é uma forma de disposição que se relaciona com nossas ações e emoções e que, quando bem cultivada, promove a mediania e a moderação.
- E) Para Aristóteles, o alcance da postura ética depende, estritamente, da sorte e do acaso. O exercício do hábito, no caso, possui papel secundário em relação à excelência moral.

QUESTÃO 12

Existem diversas teorias clássicas que tratam da ética e da moral. Um pensador muito conhecido e fundamental em relação ao tema é Maquiavel. Considerando a importância do autor, sua obra e sua teoria, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Maquiavel é o autor da obra “Ética a Nicômaco”, na qual ele defende que todas as coisas tendem a um bem qualquer e que as relações entre a ética e a política não devem se pautar no realismo político.
- B) Segundo o pensador Maquiavel, devemos observar a realidade efetiva das coisas, e as relações éticas e políticas precisam ter um olhar realista.
- C) Ao escrever a obra “O Príncipe”, Maquiavel mostra o quanto os homens tendem às suas inclinações, sendo que, muitas vezes, se mostram egoístas, ingratos e ávidos de lucro. Sendo assim, para governar com excelência, o governante deve estar atento às inclinações humanas e interpretar os acontecimentos políticos de forma realista.
- D) O príncipe (governante) deve ser capaz de interpretar a verdade efetiva das coisas, mesmo que, às vezes, ela seja extremamente suja, cruel e corrompida.
- E) Interpretar a ética e a política de forma realista é fundamental.

QUESTÃO 13

Considerando as teorias de Aristóteles e Maquiavel, em relação ao tema da ética, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Para Aristóteles, todas as coisas tendem a um bem qualquer. Dessa forma, cada coisa tem uma finalidade (teleologia). A finalidade do homem, considerando que sua parte mais elevada é a alma, é o cultivo e o uso adequado da razão.
- B) Para Maquiavel, a ética adequada para um pai de família pode não ser para um governante. Sendo assim, o governante deve ser sábio e astuto para interpretar as coisas de forma realista.

C) Aristóteles e Maquiavel possuem teorias éticas semelhantes, embora Aristóteles seja um idealista radical e Maquiavel defende uma teleologia absolutamente contrária ao realismo político.

D) Aristóteles é um importante filósofo grego que foi discípulo de Platão.

E) Para Maquiavel, o apoio do povo ao governante é o fundamento mais sólido para um estado. Quando o povo apoia o Príncipe, é muito mais fácil para ele governar.

QUESTÃO 14

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” devemos entender os deveres do servidor público.

B) Elementos como a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são norteadores do servidor público.

C) O servidor público não deve, jamais, desprezar o elemento ético de sua conduta. Nestes termos, podemos considerar que o servidor público deve ser um sujeito ético.

D) O Capítulo I, Seção I, trata das regras “deontológicas”. Por regras “deontológicas” não devemos entender os deveres do servidor público. Esta seção, na verdade, trata estritamente das vantagens individuais e benefícios que alcança todo aquele que assume qualquer cargo público.

E) A moralidade do ato administrativo é fundamental. Ela exige observância e equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, no âmbito da conduta do servidor público.

QUESTÃO 15

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) São os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

B) Embora pareça que sim, de fato não são os tributos pagos direta ou indiretamente por todos que custeiam a remuneração de todo servidor público.

C) Há uma contrapartida em relação à remuneração do servidor público. Enquanto sujeito ético de posição fundamental à sociedade, é necessário que sua moralidade administrativa se integre no Direito e na moralidade, agindo em favor da legalidade.

D) Ao exercer sua função, o servidor público age perante a comunidade e essa sua ação deve ser entendida como um acréscimo ao seu próprio bem-estar individual.

E) Enquanto cidadão, integrante da sociedade, para o funcionário público, o êxito do trabalho coletivo deve ser internalizado como o seu maior patrimônio.

QUESTÃO 16

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) A função pública não deve ser tida como exercício profissional, embora ela se integre, naturalmente, na vida particular de cada servidor público.

B) No dia a dia do trabalho, para o servidor público, os fatos e atos verificados em sua vida privada não poderão jamais crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

C) O artigo VII da Seção I, do capítulo I, afirma que: “salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente

declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar”.

D) Nem toda pessoa tem “direito à verdade”. Eis o que afirma o artigo VIII da Seção I, do capítulo I.

E) Em vista de o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explicar que nem toda pessoa tem direito à verdade, quando necessário, ocorre que eventualmente o servidor público poderá falseá-la, desde que devidamente aprovado e requerido pelo chefe.

QUESTÃO 17

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Com muita propriedade, o artigo VIII da Seção I, do capítulo I, explica que “nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma Nação”.

B) Ações e hábitos como a cortesia, a boa vontade, o cuidado, etc., são coisas que trazemos de casa e que não precisam, de modo algum, ser cultivadas e aprimoradas pelo servidor público.

C) Ao dizer a verdade, esforço e disciplina são facultativos para o servidor público.

D) Tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente não significa, de forma alguma, causar-lhe dano moral. São coisas que acontecem e basta que o servidor peça desculpas, caso seja solicitado pelo seu respectivo chefe.

E) O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal não orienta o servidor público em relação a como proceder de forma

adequada em suas relações interpessoais de trabalho.

QUESTÃO 18

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo IX da Seção I, do capítulo I, explicita que “causar dano a qualquer bem pertencente ao patrimônio público, deteriorando-o, por descuido ou má vontade, não constitui apenas uma ofensa ao equipamento e às instalações ou ao Estado, mas a todos os homens de boa vontade que dedicaram sua inteligência, seu tempo, suas esperanças e seus esforços para construí-los”.

B) O servidor precisa estar atento às ordens legais dos seus superiores, em vista da boa execução do serviço público.

C) Dentro de seu setor e de suas competências, o funcionário público deve primar pela excelência e evitar a formação de filas longas e atraso na prestação do serviço.

D) O servidor público deve promover o bem comum e evitar a todo o custo que os bens públicos se deteriorem.

E) O servidor público deve promover o bem comum, embora não seja o seu papel evitar que os bens públicos se deteriorem.

QUESTÃO 19

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal, assinale a alternativa **correta**.

A) Conforme bem explica o artigo XII da Seção I, do capítulo I, “Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas”.

B) O serviço público é um lugar de conflito, portanto, ao servidor público, nem sempre,

cabe que ele busque a harmonia e o espírito coletivo.

C) A atividade pública não é uma grande oportunidade para o crescimento e engrandecimento da nação. A atividade pública é um mal necessário.

D) O respeito, a harmonia e a conduta ética são elementos facultativos da ação do funcionário público. Como sugere o pensador Maquiavel, existem meios que justificam os fins. Portanto, por vezes, é necessário e aceitável agir de forma antiética no serviço público, isto porque o serviço público é um local de conflitos.

E) O servidor público deve evitar todo e qualquer ato de transparência e publicidade.

QUESTÃO 20

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) A Seção II, ao tratar “Dos Principais deveres do servidor público”, mostra que o servidor público tem muitos direitos e pouquíssimos deveres. É por isso que muita gente se esforça para entrar no serviço público, isto é, para adquirir muitos direitos e poucos deveres.

B) É dever do servidor público desempenhar suas funções de cargo, setor e função.

C) É dever do servidor público desempenhar sua função a tempo, com excelência e em consonância às instruções organizacionais e normas estabelecidas.

D) É dever do servidor público zelar, quando do exercício do direito de greve, segundo às exigências da defesa da vida e da segurança coletiva.

E) É dever do servidor público ter consciência que o seu trabalho é regido por princípios éticos.

QUESTÃO 21

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **correta**.

A) No serviço público, é fundamental ter uma postura obediente. Fundamental é aceitar as exigências da chefia, mesmo que, por vezes, pareçam estranhas e contrárias ao bem comum.

B) Elementos como ser probo, reto, leal e justo, são facultativos no exercício do trabalho público. Manter boas relações de trabalho e ter bom caráter são coisas distintas e que não se relacionam diretamente com o serviço público.

C) Por vezes, caso ele considere adequado, o funcionário está previamente autorizado a retardar algumas prestações de contas, mas não todas.

D) Quando estiver no trabalho, diante de duas opções, o funcionário público deve escolher a que lhe dê menos trabalho individualmente, mesmo que essa opção não seja a melhor e mais vantajosa para o bem comum.

E) Dentro do serviço público, é necessário que o servidor tenha consciência de que o seu trabalho é norteado por princípios éticos que são materializados cotidianamente na adequada prestação dos serviços públicos. A função do servidor público também é, certamente, uma função ética.

QUESTÃO 22

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Cabe ao servidor público tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, bem como aperfeiçoar os processos de comunicação e contato com o público.

B) O respeito à hierarquia, no âmbito do serviço público, é absoluto e independe de circunstâncias específicas. No caso, é vetado o direito de representar contra qualquer

comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal. Eis o que afirma com muita propriedade a Seção II, em seu artigo XIV.

C) Na verdade, no âmbito do serviço público, deve-se estar atento ao respeito à hierarquia, embora sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal, desde que em conformidade com os princípios da ética e do bem comum.

D) É um dever do servidor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores individuais e contrários ao bem comum.

E) O servidor público deve ser assíduo e trabalhar de forma ordenada.

QUESTÃO 23

Considerando o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, o qual aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

A) É responsabilidade de todo servidor público manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho.

B) O servidor público deve cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível. Por vezes, ele pode evitar fiscalizações de seus atos ou de seu setor, desde que devidamente instruído pelos superiores, ainda que tais instruções pareçam incidir contra o bem comum.

C) É dever do servidor público manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.

D) O funcionário público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público.

E) O funcionário público deve apresenta-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.

QUESTÃO 24

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

B) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

C) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

D) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, não caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito, em hipótese alguma, representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

QUESTÃO 25

Considerando a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual versa sobre as Sanções Aplicáveis aos Agentes Públicos, em vista do Capítulo II, Seção I, Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O artigo 9º explica com propriedade que: “Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo,

mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei”.

B) Constitui ato de improbidade administrativa receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

C) Constitui ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado.

D) Não há desacerto ou ato de improbidade administrativa em aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

E) Constitui ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

QUESTÃO 26

A CODESAIMA foi criada com a finalidade de promover o desenvolvimento rural e urbano no seu território de atuação. Para a consecução desse objetivo, a empresa poderá promover diversas medidas, **exceto**:

A) elaborar projetos relacionados à colonização e mineração;

B) elaborar e executar, em convênio com os Municípios, projetos relativos à ocupação racional das áreas urbanas;

C) distribuir lucros aos empregados, anualmente, sempre que houver superávit da empresa;

D) participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

E) praticar atos de comércio e de indústria.

QUESTÃO 27

O regime jurídico aplicável à CODESAIMA é o da legislação que rege as:

A) sociedades em nome coletivo;

B) sociedades simples;

C) sociedades limitadas;

D) empresas públicas;

E) sociedades anônimas.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei federal n. 6.693/79, **não** se insere entre os órgãos integrantes da estrutura societária da CODESAIMA:

A) o conselho de administração;

B) o conselho de consumidores;

C) a diretoria;

D) o conselho fiscal;

E) a assembleia geral de acionistas.

QUESTÃO 29

Por força de lei, constitui recurso financeiro pertencente à CODESAIMA:

A) o capital intelectual produzido no interior da companhia;

B) o valor arrecadado a título de encargos trabalhistas e sociais dos empregados;

C) os bens patrimoniais de propriedade do Estado de Roraima;

D) o valor descontado em folha de pagamento oriundo de empréstimos consignados obtidos pelos empregados;

E) as doações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas.

QUESTÃO 30

No que tange à atividade de controle dos bens e valores públicos administrados pela CODESAIMA, é **correto** afirmar que:

- A) externamente, está sujeita ao controle do Tribunal de Contas;
- B) se submete ao controle do Ministério Público, que aprovará todas as suas alterações estatutárias;
- C) o Conselho Fiscal é competente para exercer o controle externo, podendo fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais;
- D) por possuir autonomia patrimonial e administrativa, não se sujeita a controle externo, mas apenas aos mecanismos de controle interno;
- E) em virtude de integrar a Administração Pública do Estado de Roraima, em hipótese alguma, sofrerá fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição estadual, constitui objetivo fundamental do Estado de Roraima:

- A) promover a igualdade entre os estados;
- B) garantir o desenvolvimento nacional sustentável;
- C) definir as microrregiões prioritárias para produção de alimentos e demais explorações, de acordo com as vocações naturais do Estado;
- D) incentivar o intercâmbio socioeconômico, cultural, político e ambiental com os países da América Latina;
- E) assegurar a observância do princípio da livre ocupação do território.

QUESTÃO 32

Em conformidade com a Constituição do Estado de Roraima, assinale a alternativa **correta**.

- A) Em hipótese alguma o Estado intervirá no Município.
- B) A Constituição estadual possui um catálogo ou rol de direitos fundamentais semelhante ao previsto no art. 5º da Constituição Federal.
- C) A propriedade privada é enumerada como um direito social.
- D) Os municípios não possuem Constituições próprias, sendo regidos pelas respectivas leis orgânicas, que observarão os princípios da Constituição Federal e da estadual.
- E) O Governador, com autorização da Assembleia Legislativa, poderá decretar a transferência da Capital, temporariamente, para outra cidade do território nacional.

QUESTÃO 33

Analise as proposições seguintes acerca do aproveitamento dos recursos minerais em face das regras da Constituição Estadual.

- I. Incluem-se expressamente entre os bens do Estado de Roraima os recursos minerais, inclusive os do subsolo, situados em seu território.
- II. As empresas mineradoras aplicarão anualmente parte dos recursos gerados com o aproveitamento dos bens minerais nos Municípios em que estiverem situadas as minas e jazidas.
- III. É obrigação das empresas mineradoras promoverem a recuperação do solo e o reflorestamento em locais onde foram executadas atividades de mineração.

Está **correto** o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) III, apenas.

QUESTÃO 34

No tocante às disposições da Constituição do Estado de Roraima sobre a organização dos Poderes, assinale a opção **correta**.

- A) Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo público, mesmo que em virtude de aprovação em concurso público.
- B) O Governador e o Vice-Governador deverão ser domiciliados na Capital do Estado de Roraima.
- C) 15 dias é o período máximo que o Governador pode ausentar-se para o exterior sem autorização da Assembleia Legislativa.
- D) Os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de 18 anos e no exercício dos direitos políticos.
- E) Compete ao Governador a iniciativa da proposta orçamentária da Defensoria Pública, órgão da Administração Direta, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

QUESTÃO 35

O Estado detém competência para, concorrentemente com a União, legislar sobre:

- A) interesses locais;
- B) desapropriação;
- C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;
- D) direito penal e direito civil;
- E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação e preservação da natureza.

QUESTÃO 36

Acerca da disciplina da Administração Pública estabelecida na Constituição Estadual, assinale a alternativa **correta**.

- A) A remuneração dos servidores públicos só poderá ser fixada ou aumentada por lei, podendo a alteração que não acarretar aumento de despesa ser efetuada por decreto.

B) Os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

C) O limite etário para o ingresso inicial no serviço público estadual é 65 anos.

D) Nenhum servidor do Poder Executivo perceberá remuneração ou subsídio superior ao do Governador.

E) Os empregados e servidores da Administração Indireta contribuirão para um fundo próprio de previdência pública, distinto do instituto de previdência da Administração Direta.

QUESTÃO 37

Assinale a opção **correta** acerca da organização dos Poderes e das funções essenciais à justiça, considerando as disposições da Constituição do Estado de Roraima.

A) A Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.

B) O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado em lei de iniciativa da Assembleia, na razão de, no máximo, 90,25% do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

C) O controle externo dos órgãos da Administração Direta estadual é realizado pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, com o auxílio da Assembleia Legislativa.

D) O Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, 7 Desembargadores nomeados exclusivamente dentre magistrados de carreira.

E) Compete ao Governador nomear os dirigentes das empresas estatais, cabendo à mesa da Assembleia Legislativa exonerá-los em caso de crime de responsabilidade.

QUESTÃO 38

De acordo com a Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração da CODESAIMA, o desenvolvimento funcional do empregado na carreira se dá mediante:

- A) promoção e progressão;
- B) ascensão funcional e progressão por titulação;
- C) por promoção por tempo de serviço e acesso;
- D) progressão horizontal e progressão vertical;
- E) progressão por merecimento e progressão por antiguidade, alternadamente.

QUESTÃO 39

À luz da Resolução nº. 001/2017, do Conselho de Administração, assinale a opção **correta**.

- A) O empregado público da CODESAIMA somente adquirirá a estabilidade após a aprovação no estágio probatório, que terá duração de 2 anos.
- B) A cessão do servidor para outro órgão ou entidade suspende o interstício para a obtenção do desenvolvimento na carreira.
- C) A remuneração do empregado não poderá ultrapassar o valor em espécie do subsídio mensal pago ao Diretor Presidente da CODESAIMA.
- D) A natureza pública do vínculo estabelecido entre o empregado e a CODESAIMA afasta os benefícios instituídos na CLT para os empregados da iniciativa privada.
- E) É vedado ao empregado público da CODESAIMA licenciar-se do cargo para tratar de interesses particulares.

QUESTÃO 40

Analise a seguinte situação-problema: Daniel, empregado da CODESAIMA, e sua esposa decidiram ter um filho. A esposa engravidou, porém, devido a complicações durante o trabalho de parto, veio a óbito. O filho sobreviveu e ficou aos cuidados do pai.

Nessa hipótese, tomando por base o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016, Daniel:

- A) disporá de 5 dias consecutivos de licença paternidade;
- B) será dispensado 1 hora por dia da jornada de trabalho, pelo período máximo de 60 dias;
- C) gozará de licença paternidade pelo período de 15 dias;
- D) receberá um auxílio equivalente a 30% do salário-base para a colocação do recém-nascido em uma creche;
- E) usufruirá do tempo de licença a que teria direito a mãe, se fosse empregada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Acerca da definição e das características da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- A) Objetivamente, Administração Pública e Poder Executivo são conceitos coincidentes.
- B) As autarquias, pessoas jurídicas de direito público, integram a Administração Direta.
- C) O Poder Judiciário exerce administração pública, porém, como função típica.
- D) Uma das funções precípua da Administração Pública é o exercício do poder de polícia.
- E) Por força do princípio da isonomia, é inconstitucional qualquer privilégio que coloque a Administração Pública em vantagem em relação ao administrado.

QUESTÃO 42

Quando o Poder Executivo expede um decreto disciplinando a fiel execução de uma lei o faz no exercício do:

- A) poder regulamentar ou normativo;
- B) poder disciplinar;
- C) poder político;
- D) poder hierárquico;
- E) poder de polícia.

QUESTÃO 43

Analise as hipóteses seguintes:

- I. A criação de uma nova secretaria estadual.
- II. A instituição de uma fundação pública.
- III. A institucionalização de um Tribunal de Contas Estadual.

Essas situações caracterizam, respectivamente, o uso das técnicas de:

- A) descentralização, desconcentração e desconcentração.

- B) desconcentração, descentralização e desconcentração.
- C) desconcentração, descentralização e descentralização.
- D) descentralização, desconcentração e descentralização.
- E) desconcentração, desconcentração e descentralização.

QUESTÃO 44

Determinado servidor foi removido da capital para distante município do interior do Estado. Na motivação, o chefe justificou o ato com a necessidade do serviço. Porém, na realidade, a remoção havia sido determinada em razão de grave discussão que tiveram dias antes. Nessa hipótese, a medida adotada pelo chefe configura:

- A) ato válido, já que a lotação de servidores é ato discricionário.
- B) ato inválido, por afronta ao princípio da proporcionalidade.
- C) ato jurídico perfeito.
- D) direito subjetivo.
- E) desvio de finalidade.

QUESTÃO 45

“O pressuposto de fato e de direito que determina ou possibilita a edição do ato administrativo” (Diogo de Figueiredo M. Neto. Curso de Direito Administrativo, 2014). O fragmento acima refere-se ao elemento do ato administrativo denominado:

- A) competência.
- B) finalidade.
- C) motivo.
- D) forma.
- E) objeto.

QUESTÃO 46

O regime jurídico que rege os empregados públicos (celetistas) e os servidores públicos (estatutários) se assemelham em muitos aspectos. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas regras comuns:

- A) a ambos é vedada a acumulação de cargo/emprego público;
- B) a investidura no cargo/emprego depende de aprovação prévia em concurso público;
- C) ambos se sujeitam à Lei de Improbidade Administrativa;
- D) compete à Justiça do Trabalho julgar as demandas sobre direitos e deveres de ambos;
- E) ambos integram o conceito de “funcionário público” para fins de responsabilização penal.

QUESTÃO 47

Acerca do instituto do concurso público, assinale a alternativa **correta**.

- A) A aprovação do candidato dentro do número de vagas gera expectativa de direito a nomeação.
- B) O prazo de validade do concurso público será de até 2 anos, prorrogável uma única vez, por igual período.
- C) A Constituição estabelece que o concurso público pode ser de prova, de títulos e de provas e títulos.
- D) O ingresso em qualquer cargo público depende da aprovação em concurso público.
- E) Havendo previsão em edital, é admissível a realização de exame psicotécnico como uma fase do concurso.

QUESTÃO 48

De acordo com a Constituição Federal, como regra, a responsabilidade civil estatal no Direito brasileiro é:

- A) objetiva do agente e subjetiva do Estado;
- B) objetiva do agente e do Estado;
- C) subjetiva do agente e do Estado;

- D) objetiva do Estado e subjetiva do agente;
- E) objetiva do agente e subsidiária do Estado.

QUESTÃO 49

No Direito brasileiro, a punição por atos de improbidade administrativa existe para proteger com maior intensidade o princípio da:

- A) moralidade;
- B) eficiência;
- C) razoabilidade;
- D) segurança jurídica;
- E) publicidade.

QUESTÃO 50

Analise as proposições a seguir.

- I. O servidor público que completar 70 anos de idade será compulsoriamente aposentado.
- II. Não serão computadas para efeito do teto remuneratório as parcelas de caráter indenizatório.
- III. Adquirida a estabilidade, o servidor público somente perderá o cargo por sentença judicial.

Está **correto** o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

QUESTÃO 51

Ao classificar as constituições, Alexandre de Moraes (2016) anota que a Constituição Federal de 1988 “se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante”. De acordo com esse fragmento, a atual Constituição brasileira é:

- A) outorgada;
- B) analítica;

- C) dogmática;
- D) histórica;
- E) progressista.

QUESTÃO 52

Acerca da eficácia das normas constitucionais, analise as disposições abaixo.

I. É livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II. A lei que alterar o processo eleitoral não se aplicará à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

III. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.

Esses preceitos correspondem, respectivamente, a normas:

- A) de eficácia plena, contida e limitada;
- B) de eficácia contida, plena e limitada;
- C) de eficácia contida, limitada e programática;
- D) programáticas, de eficácia contida e eficácia plena;
- E) eficácia limitada, contida e exaurida.

QUESTÃO 53

Ao prescrever que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (art. 5º, *caput*) e, ainda, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (art. 5º, inc. I), a Constituição Federal:

- A) vedou a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos;
- B) proibiu que as candidatas mulheres, em concurso público, sejam submetidas a testes de aptidão física diferentes daqueles a que estão sujeitos os candidatos homens;
- C) prejudicou as mulheres, pois deixou de considerar a disparidade quanto à força física, que naturalmente favorece aos homens;
- D) cuidou da igualdade material, porém, olvidou tratamento expresso à igualdade formal;

E) não impede que, em determinadas circunstâncias, homens recebam penas mais rigorosas por agredirem mulheres do que as recebidas pelas mulheres por agredirem homens.

QUESTÃO 54

O candidato aprovado dentro do número de vagas, que deixou de ser nomeado pela Administração Pública durante o prazo de validade do concurso público, pode requerer judicialmente seu ingresso no cargo público por meio de:

- A) habeas corpus;
- B) habeas data;
- C) mandado de injunção;
- D) mandado de segurança;
- E) direito de petição aos poderes públicos.

QUESTÃO 55

Acerca do disciplinamento constitucional do princípio da segurança jurídica e os seus desdobramentos, assinale a alternativa **correta**.

- A) A lei jamais retroagirá para alcançar fatos ou atos do passado.
- B) A lei não prejudicará o direito adquirido.
- C) A lei é a manifestação da vontade do povo, razão pela qual não há situação jurídica constituída no passado que ela não possa modificar.
- D) É constitucional a lei que criminaliza condutas anteriores a sua vigência.
- E) A decisão judicial contra a qual não cabe mais recurso denomina-se ato jurídico perfeito.

QUESTÃO 56

Acerca da organização política do Estado brasileiro, assinale a alternativa **correta**.

- A) O Distrito Federal dispõe das competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

B) Só poderão instituir tribunais de contas municipais as capitais de Estado que contêm com mais de 1 milhão de habitantes.

C) A Constituição brasileira autoriza o exercício do chamado direito de secessão pelos estados e municípios.

D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos entre si, o que significa que a União jamais poderá intervir nos Estados.

E) A ausência de um Poder Judiciário municipal não obsta que as câmaras municipais julguem os prefeitos por crimes comuns e de responsabilidade.

QUESTÃO 57

Em face das regras estabelecidas na Constituição Federal para a Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Na publicidade dos órgãos públicos, não poderá constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores.

B) Uma empresa pública somente poderá ser criada por lei específica, ao passo que uma autarquia terá sua criação autorizada por lei.

C) São prescritíveis os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário.

D) a Administração Pública indireta, tal qual a Administração direta, sujeita-se aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E) Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, devendo a lei reservar um percentual mínimo desses cargos para serem preenchidos exclusivamente por servidores de carreira.

QUESTÃO 58

Relativamente aos crimes de responsabilidade, quando praticados pelo Presidente da República, assinale a alternativa **correta**.

A) A acusação será admitida pela Câmara dos Deputados e o julgamento será efetuado pelo Senado Federal.

B) Constitui crime de responsabilidade a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei ordinária.

C) Por ostentarem natureza criminal, serão julgados perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

D) O Presidente ficará suspenso de suas funções por até 360 dias, se o STF admitir a acusação.

E) Decorridos 180 dias da instauração do processo, se o julgamento não estiver concluído, será extinta a punibilidade do Presidente e o processo arquivado.

QUESTÃO 59

Selecione a alternativa **incorreta** quanto à correspondência de uma espécie legislativa existente no processo legislativo federal, segundo expressamente previsto na Constituição Federal.

A) Lei delegada.

B) Lei ordinária.

C) Medida provisória.

D) Resolução do Senado Federal.

E) Decreto autônomo.

QUESTÃO 60

À luz das disposições constitucionais, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica das comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

A) Podem ser temporárias ou permanentes, dependendo do objeto da investigação.

B) Serão constituídas sempre a partir da representação paritária de membros do Senado e da Câmara.

C) Não é dado às CPIs decretarem a prisão de qualquer investigado, salvo em flagrante delicto.

D) Dispõem dos mesmos poderes que as autoridades judiciais, podendo determinar, inclusive, a busca e apreensão domiciliar.

E) Somente serão criadas por requerimento da maioria absoluta dos membros do Senado ou da Câmara.

QUESTÃO 61

Existem três tipos de habilidades que o administrador deve possuir para trabalhar com sucesso, dentre elas: a habilidade conceitual, que consiste na capacidade para lidar com ideias e conceitos abstratos. Assinale a alternativa **correta** quanto à presença dessa habilidade:

A) nos níveis Estratégico e Tático da organização;

B) somente no nível Tático da organização;

C) nos três níveis da organização, com maior abrangência no nível Estratégico;

D) nos três níveis da organização, com maior abrangência no nível Gerencial;

E) somente no nível Estratégico da organização.

QUESTÃO 62

Analise as afirmativas, de acordo com as funções organizacionais.

I. As funções organizacionais são tarefas especializadas que as pessoas e os grupos executam, para que a organização consiga realizar seus objetivos.

II. As pessoas são o principal recurso das organizações.

III. Por meio de processos, a organização transforma os recursos para produzir os resultados.

IV. Uma organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

B) Se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

C) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

D) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

E) Se todas as afirmativas estiverem incorretas.

QUESTÃO 63

Carlos é gerente de produção de uma empresa há 6 anos e, apesar de dominar conhecimentos específicos sobre sua atividade, tem dificuldade para motivar sua equipe, devido ter um temperamento difícil. Que tipo de treinamento a área de Gestão de Pessoas dessa empresa deverá elaborar para resolver o problema de Sílvio? Assinale a alternativa **correta**.

A) Trabalhar habilidades analíticas.

B) Trabalhar as habilidades conceituais.

C) Trabalhar as habilidades interpessoais.

D) Trabalhar ferramentas de processos.

E) Trabalhar habilidades técnicas de produção.

QUESTÃO 64

Assinale a alternativa **correta**.

Nas organizações, devem ser considerados os níveis estratégico, tático e operacional de forma integrada. No entanto, é importante ressaltar que, no nível operacional, são identificadas atividades específicas, as quais devem estar correlacionadas:

A) a processos administrativos.

B) a políticas organizacionais da empresa.

- C) à análise de fatores externos.
- D) à estrutura organizacional.
- E) a uma visão sistêmica.

QUESTÃO 65

Quanto às etapas e decisões do processo de organizar do planejamento operacional, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Analisar os objetivos e trabalhos a serem realizados.
- B) Dividir o trabalho, de acordo com os critérios mais apropriados para a realização.
- C) Definir níveis de autoridade.
- D) Desenhar a estrutura organizacional.
- E) Treinar as pessoas.

QUESTÃO 66

Marque a alternativa **correta**.

A Departamentalização tem suas origens na Teoria Clássica, corrente filosófica administrativa iniciada pelo teórico francês Henri Fayol, que pregava a ênfase na Estrutura Organizacional como forma de aumentar a eficiência e aprimorar as relações entre cada segmento de uma empresa. Os critérios de departamentalização são as diferentes formas de agrupar as atividades de uma organização em órgãos. O critério segundo o qual todas as atividades relacionadas a uma determinada atividade, ou seja, de uma mesma especialidade, são alocadas em um mesmo órgão é denominado:

- A) organizacional;
- B) por Produto;
- C) funcional;
- D) por Clientela;
- E) segmentado.

QUESTÃO 67

De acordo com as abordagens da Administração, analise as afirmativas.

I. Do ponto de vista de cada abordagem da administração, primeiro surgiu a definição de “homem econômico”, depois a de “homem social” e, na abordagem comportamental o “homem organizacional”.

II. A contribuição mais importante para a abordagem das relações humanas foi a série de estudos realizada em Hawthorne.

III. Taylor, pai da Administração científica, se preocupava com a organização e a racionalização do trabalho da base produtiva, isto é, com a maximização dos esforços humanos no plano operacional.

IV. A divisão do trabalho, a remuneração e a motivação são princípios criados por Fayol, na teoria Clássica.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- D) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) Se todas as afirmativas estiverem incorretas.

QUESTÃO 68

Assinale a alternativa **incorreta**.

A palavra burocracia, em seu sentido original, indica uma forma de organização que se baseia na racionalidade das leis. São características da teoria da burocracia:

- A) baseia-se na racionalidade, na adequação dos meios aos objetivos, visando atingir a máxima eficiência;
- B) ênfase na forma e especialização da tarefa e competência;
- C) possui regras e normas, responsabilidades definidas e registro;

D) divisão do trabalho e estudo da fadiga humana;

E) as regras e as normas são a sua essência.

QUESTÃO 69

Assinale a alternativa **correta**.

Processo da administração utilizado para estruturar e esclarecer os caminhos da organização e os objetivos que ela deve alcançar:

A) planejamento tático;

B) processo decisório;

C) planejamento estratégico;

D) departamentalização;

E) projeto de treinamento.

QUESTÃO 70

Analise as assertivas sobre a motivação para o trabalho conforme alguns teóricos.

I- Conforme Maslow, uma necessidade em qualquer ponto da hierarquia precisa ser atendida, antes que a necessidade de nível seguinte se manifeste.

II- A teoria dos dois fatores, criada por Herzberg, explica como os motivos presentes na situação trabalho interagem com os motivos internos de cada pessoa.

III- Na teoria de Maslow, o trabalho e a situação de trabalho não criam necessidades.

IV- De acordo com a teoria dos dois fatores, a satisfação e a insatisfação não são extremos opostos de uma mesma régua.

V- Segundo a teoria da expectativa, a motivação para realizar algum esforço depende da importância do resultado que se deseja alcançar e da crença de que o esforço permitirá alcançar o resultado esperado.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

B) Se apenas as afirmativas I, II, IV e V estiverem corretas.

C) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

D) Se apenas as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.

E) Se apenas as afirmativas I, II, III e IV estiverem corretas.

QUESTÃO 71

As ferramentas da qualidade foram estruturadas, principalmente, a partir da década de 50, com base em conceitos e práticas existentes. Desde então, o uso das ferramentas tem sido de grande valia para os sistemas de gestão, sendo um conjunto de ferramentas estatísticas de uso consagrado para melhoria de produtos, serviços e processos. Assinale a alternativa **correta** que aponta as ferramentas de qualidade.

A) Organograma, Diagrama Ishikawa (Espinha-de-Peixe), Folha de Verificação, Diagrama de Pareto, Fluxograma, Diagrama de Dispersão e Departamentalização.

B) Fluxograma, PDCA, Folha de Verificação, Organograma, Histograma, Diagrama de Dispersão e Cartas de Controle.

C) Organograma, Diagrama Ishikawa (Espinha-de-Peixe), Fluxograma, Diagrama de Pareto, Histograma, Diagrama de Dispersão e Balanced Scorecard

D) Fluxograma, Diagrama Ishikawa (Espinha-de-Peixe), Folha de Verificação, Diagrama de Pareto, Histograma, Diagrama de Dispersão e Cartas de Controle.

E) Fluxograma, Diagrama Ishikawa (Espinha-de-Peixe), Organograma, Diagrama de Pareto, PDCA, Diagrama de Dispersão e Balanced Scorecard.

QUESTÃO 72

O indivíduo preocupa-se com o reconhecimento e a aprovação social do grupo ao qual pertence. O seu ajustamento social reflete sua integração ao grupo. A que se refere essa afirmação?

A) Motivação.

- B) Liderança.
- C) Organização Formal.
- D) Organização Informal.
- E) Comunicação.

QUESTÃO 73

A respeito das teorias administrativas e da dinâmica das organizações, analise as alternativas.

I- A teoria estruturalista contempla uma abordagem múltipla, envolvendo tanto a organização formal como a organização informal.

II- Constitui característica básica das organizações formais a designação de um administrador para cada agrupamento, com autoridade para supervisioná-lo.

III- Constitui característica básica das organizações formais o fornecimento de uma rede de comunicações no processo decisório, que reflita e corrobore com os objetivos empresariais.

IV- O modelo organizacional racional preconiza a adequação dos meios aos fins, base da teoria da burocracia, a qual se apoia no entendimento de que as pessoas podem ser pagas para agir e se comportar de maneira preestabelecida.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- D) Se apenas a afirmativa III estiver correta.
- E) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

QUESTÃO 74

São princípios da administração pública brasileira, conforme o artigo 37 da Constituição Federal:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B) legalidade, impessoalidade, continuidade, moralidade e finalidade;
- C) impessoalidade, flexibilidade, participação cidadã, publicidade e eficiência;
- D) moralidade, flexibilidade, participação cidadã, legalidade e impessoalidade;
- E) transparência administrativa, moralidade, participação cidadã, eficiência e impessoalidade.

QUESTÃO 75

A área de Gestão de Pessoas se divide em seis processos organizacionais, dentre eles, está o processo de aplicar pessoas. Este envolve quais atividades?

- A) Sistemas de Informações Gerenciais, Remuneração e Seleção.
- B) Desenho de Cargos e Avaliação de Desempenho.
- C) Remuneração e Benefícios.
- D) Recrutamento, Treinamento e Desenvolvimento.
- E) Recompensas e remuneração.

QUESTÃO 76

Na Gestão de processos, a coordenação das ações, baseadas em fatos e dados, contribui para o alcance da eficiência e eficácia organizacional, pois responde à complexidade do cenário atual, em que a convergência entre as demandas de parceiros e as de clientes gera rápidas mudanças no mercado e cria novas oportunidades. Nesse contexto, assinale a alternativa **incorreta** referente à gestão de processos.

- A) A implantação de sistemas integrados de gestão demanda o mapeamento prévio dos processos de gestão.

B) A gestão de processos inclui-se na visão sistêmica de administração pública, na qual predomina o foco na estrutura da organização.

C) Um processo pode ser aprimorado pela redução do número de etapas que o compõem ou de recursos que utiliza.

D) As equipes trabalham com propósito claro e com senso de responsabilidade em relação a objetivos mensuráveis de desempenho, cujo principal indicador é a satisfação do cliente ou usuário.

E) Essa modalidade de gestão não elimina o departamento propriamente dito, mas requer uma visão global de gestão dos serviços e processos.

QUESTÃO 77

De acordo com as características e elementos fundamentadores dos atuais modelos de gestão de pessoas, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Uma unidade de gestão de pessoas que articula internamente suas iniciativas de trabalho alinhando-as aos planos institucionais, objetivos e características das lideranças organizacionais e da força de trabalho é considerada uma área estratégica para a organização.

B) Principal função do modelo político de atuação da área de gestão de pessoas é a obtenção de recursos e apoio junto a atores e grupos de influência que, interna ou externamente, determinam a dinâmica das organizações.

C) Considerando-se os modelos instrumental, estratégico e político, é correto afirmar que a efetividade das políticas e práticas da área depende da qualidade técnica dos processos e das atividades de gestão de pessoas e do seu ajustamento às características estratégicas, estruturais e culturais; da força de trabalho; e da articulação da unidade com atores e grupos de influência internos e externos às organizações.

D) A competência individual mobiliza, integra e transfere conhecimentos, recursos e habilidades para o trabalho; por isso, a qualificação dos funcionários de uma

organização deve ser o foco primário de intervenção das políticas e práticas de gestão de pessoas.

E) A gestão estratégica de pessoas deve servir aos objetivos do negócio da organização por meio do planejamento, da organização, da coordenação e do controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente das pessoas.

QUESTÃO 78

Com relação à Lei n.º 8.666/1993, analise as alternativas.

I- Em igualdade de condições, no caso de empate em uma licitação, será dada preferência à empresa com maior número de empregados.

II- A Comissão de Licitação de um órgão público estadual, em procedimento licitatório de Tomada de Preços, decidiu por inabilitar determinada licitante que havia descumprido norma editalícia pertinente à comprovação de sua habilitação jurídica para execução do objeto contratual. A decisão da Comissão de Licitação pauta-se no princípio setorial das licitações conhecido por vinculação ao instrumento convocatório.

III- A administração pública não pode descumprir normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada, e apenas os licitantes e o Ministério Público são partes legítimas para impugnar edital de licitação por irregularidades.

Assinale a alternativa **correta**.

A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.

B) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.

C) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

D) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas

E) Se apenas a afirmativa II estiver correta.

QUESTÃO 79

Acerca das modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Visando dar maior flexibilidade aos atos de gestão da administração pública, essa lei permite que se combinem as modalidades de licitação existentes.

B) Na compra ou alienação de bens imóveis, qualquer que seja o valor de seu objeto, é cabível a modalidade de concorrência.

C) As obras, os serviços e as compras efetuadas pela administração devem ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, passando-se à licitação visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

D) Para incentivar a produção técnica e científica na área de educação, a Secretaria de Estado da Educação resolve premiar os melhores trabalhos publicados em 2011 nas categorias: dissertação de mestrado, tese de doutorado e artigo científico. Para a premiação, a licitação deverá ocorrer na modalidade de concurso.

E) Segundo a Lei de Certames, especificamente a Lei nº. 8.666/93, a espécie licitatória que comporta menor formalismo, pois se destina a contratações de pequeno potencial econômico, ou a menores limites de compras, dentro de uma hierarquia de valores, é chamada convite.

QUESTÃO 80

A licitação é prevista na Constituição de 1988 como processo administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com base na legislação vigente, assinale a alternativa **correta**.

A) O processo de licitação pode assumir como modalidades o menor preço, a melhor técnica, tomada de preço e concurso.

B) É competência privativamente da Administração Pública direta e indireta ditar normas gerais relativas à licitação e contratos.

C) A licitação deverá obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

D) As pessoas privadas da administração indireta não estão sujeitas ao princípio da obrigatoriedade de licitação.

E) A licitação garante a não-ocorrência de fraudes e danos ao erário.

QUESTÃO 81

Quanto às funções básicas da política orçamentária, assinale a alternativa **incorreta**.

A) Buscar atender às necessidades coletivas da população.

B) Adotar ações que visem fomentar o crescimento econômico.

C) Destinar recursos para corrigir as imperfeições do mercado ou diminuir os seus efeitos.

D) Definir as fontes e as destinações de recursos em consonância com a orientação das instituições credoras do país.

E) Buscar reduzir as desigualdades sociais através de ações em benefício das classes menos favorecidas.

QUESTÃO 82

Analise as afirmações relacionadas à administração pública e orçamento público.

I - O orçamento é instrumento o mais eficaz de verificação prévia da utilização dos recursos públicos visto que, além de passar pela aprovação dos representantes políticos da população, fixa tetos para as despesas, que só podem ser realizadas mediante prévio empenho e, mediante o caso, após licitação.

II- O orçamento público contempla, de um lado, a autorização para a arrecadação da receita, e de outro, o limite para a realização da despesa.

III- Considerando que vários governadores, ao assumirem seus novos mandatos, manifestem

a disposição de efetuarem cortes indiscriminados de gastos, com base em um percentual único, predeterminado. Nesse caso, esse critério, conhecido como linearidade, é o mais compatível com o estabelecimento de prioridades para a administração pública.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) Se apenas a afirmativa II estiver correta.
- E) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

QUESTÃO 83

Com relação ao orçamento público no Brasil, marque a alternativa **correta**.

- A) O Congresso Nacional não pode efetuar uma reestimativa da receita para aumentar o valor da proposta encaminhada pelo Poder Executivo.
- B) O superávit da receita reduz a capacidade do Poder Executivo de valer-se da faculdade inerente ao caráter meramente autorizativo do orçamento.
- C) O Congresso Nacional pode efetuar uma estimativa da receita para aumentar o valor da proposta encaminhada pelo Poder Legislativo.
- D) Os atrasos na aprovação e sanção do orçamento têm possibilitado a sua execução parcial através de autorizações constantes da lei de diretrizes orçamentárias.
- E) A lei de diretrizes orçamentárias pode reestimar a receita para aumentar o valor da proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 84

Assinale a alternativa **correta** de acordo com Orçamento Público.

- A) Um instrumento no qual serão fixadas as despesas e previstas as receitas tendo em vista a realização de diversificadas políticas públicas.
- B) Uma lei que constitui os meios pelos quais o Estado irá desobrigar-se de suas responsabilidades administrativas.
- C) Um instrumento em que diferentes negociações políticas são estabelecidas tendo por objetivo atender às pressões legislativas.
- D) Uma lei resultada de uma evolução histórica para possibilitar a permanente submissão do poder executivo ao poder legislativo.
- E) Um instrumento que possui todos os princípios contábeis relativos às finanças públicas.

QUESTÃO 85

A respeito do Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964), analise as afirmações.

- I- O plano plurianual é um instrumento de alocação de recursos públicos.
- II- A lei que instituir o plano plurianual disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes, os objetivos e as metas para as agências financeiras de fomento.
- III- De acordo com a legislação vigente, se o mandato do presidente da República fosse alterado, o prazo de vigência do plano plurianual da União (PPA) também seria alterado na mesma proporção.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se todas as afirmativas estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) Se apenas a afirmativa I estiver correta.
- E) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

QUESTÃO 86

Assinale a alternativa **correta**.

É o topo da hierarquia material, no que se refere à apreciação das proposições legislativas de matéria orçamentária:

- A) lei de diretrizes orçamentárias;
- B) plano plurianual;
- C) finanças públicas;
- D) lei orçamentária anual;
- E) orçamento monetário.

QUESTÃO 87

Introduzida no ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988, vem desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente acerca da matéria. A que se refere essa afirmação, assinale a alternativa **correta**.

- A) Plano Plurianual.
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) Lei Orçamentária.
- D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- E) Lei de Diretrizes e Bases.

QUESTÃO 88

O Sistema de Planejamento Integrado/Planejamento-Orçamento, é constituído pelos seguintes instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. No que diz respeito à Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O papel desempenhado pela lei de diretrizes orçamentárias é de fundamental importância para a integração entre o plano plurianual e o orçamento anual.
- B) Referente às normas constitucionais que regulam os orçamentos públicos e às lições doutrinárias, a lei de diretrizes orçamentárias orientará a elaboração da lei orçamentária

anual e disporá acerca das alterações na legislação tributária.

C) Tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais.

D) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve compreender as metas fiscais e prioridades da administração pública federal e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

E) Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

QUESTÃO 89

Assinale a alternativa **correta**.

A Lei do Orçamento deverá obedecer os seguintes princípios, conforme artigo 2º, da Lei n.º 4.320/64:

- A) anualidade, Universalidade e Unidade;
- B) atualização Monetária, Universalidade e Materialidade;
- C) anualidade, Universalidade e Oportunidade;
- D) oportunidade, Anualidade e Unidade;
- E) objetividade, Universalidade e Unidade.

QUESTÃO 90

Sobre a Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964), analise as afirmações.

I- O orçamento de investimentos das empresas compreende as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

II- O orçamento da seguridade social compreende não só as entidades e órgãos a ela vinculados, como estabelece a Constituição Federal, mas também todas as despesas relativas a saúde, previdência social e assistência social, independentemente da unidade orçamentária responsável.

III- A previsão de realização de despesa na lei orçamentária anual impõe ao Poder Executivo o dever de realizá-la.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) Se apenas a afirmativa I estiver correta.
- E) Se todas as alternativas estiverem corretas.

QUESTÃO 91

Assinale a alternativa **incorreta**.

São categorias que compõem os gastos públicos:

- A) pagamentos de transferências;
- B) dispêndios na aquisição de ativos financeiros;
- C) gastos com subsídios;
- D) pagamentos de criação de moeda pelo Tesouro;
- E) despesas de bens e serviços.

QUESTÃO 92

A respeito das Leis Orçamentárias, previstas na Constituição Federal (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964), assinale a alternativa **correta**.

- A) O projeto da LOA não precisa contemplar gastos com a seguridade social.
- B) A lei orçamentária anual deve conter um quadro de recursos e de aplicação de capital, abrangendo o exercício imediatamente anterior e os dois subsequentes.
- C) Em virtude da independência dos poderes, o orçamento do Poder Judiciário é incorporado à Lei Orçamentária Anual sem que haja fixação anterior de limites para a elaboração da proposta.
- D) A elaboração do orçamento anual deve respeitar a metas fiscais estabelecidas na Lei do Plano Plurianual para o quadriênio.
- E) O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

QUESTÃO 93

Conforme orçamento público, assinale a alternativa **incorreta**.

A) As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

B) O Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

C) O orçamento de investimento das empresas estatais faz parte da lei orçamentária anual.

D) O orçamento do fundo próprio de previdência deve ser constituído, no âmbito da receita corrente, pela previsão das contribuições dos segurados e demais receitas e, no âmbito da despesa corrente, pela dotação das despesas a serem realizadas durante o exercício, evidenciando-se a reserva correspondente dos recursos que não serão desembolsados por constituírem poupança para fazer frente a compromissos futuros.

E) O orçamento público brasileiro é aprovado em uma única lei orçamentária sendo dividido em fiscal, da seguridade social e de investimentos em empresas estatais.

QUESTÃO 94

Sobre o papel do Estado e administração pública, analise as afirmativas.

I- A estrutura funcional é a mais adequada para uma organização pública que tenha um quadro de profissionais com pouca especialização na área técnica e grande variedade de produtos ou serviços.

II- As atividades do Estado brasileiro procuram garantir que a lei e as políticas públicas sejam cumpridas e financiadas, identificando-se assim como Estado liberal clássico.

III- Os conceitos de governo e administração não se equiparam; o primeiro refere-se a uma atividade essencialmente política, ao passo que o segundo, a uma atividade eminentemente técnica.

IV- Os desafios da administração pública contemporânea relacionam-se diretamente à quebra de paradigmas e conceitos preestabelecidos sobre a gestão organizacional. A constante troca de conhecimento entre a esfera pública e privada é essencial para garantir a constante evolução dos sistemas organizacionais. A coalizão entre órgãos públicos e privados e organizações sem fins lucrativos, com vistas a satisfazer necessidades mútuas, tem permitido que o governo alcance determinados objetivos políticos.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- B) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- C) Se apenas as afirmativas I e II e IV estiverem corretas.
- D) Se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- E) Se todas as alternativas estiverem corretas.

QUESTÃO 95

O orçamento governamental possui quatro fases distintas, caracterizando o denominado ciclo orçamentário, que consiste num sumário dos planos de receita e gastos para determinado exercício financeiro. Assinale a alternativa que **não** pertencente ao processo orçamentário governamental brasileiro.

- A) Execução orçamentária.
- B) Exposição e análise das técnicas de custo-benefício.
- C) Elaboração da proposta orçamentária.
- D) Controle de avaliação da execução orçamentária.
- E) Discussão, votação e aprovação da lei orçamentária.

QUESTÃO 96

Sobre a Sequência do ciclo orçamentário no Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- A) Lei Orçamentária Anual (LOA) - Plano Plurianual (PPA) - Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Execução do Orçamento.
- B) Lei Orçamentária Anual (LOA) - Plano Plurianual (PPA) – Execução do Orçamento - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- C) Plano Plurianual (PPA) – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Orçamentária Anual (LOA) – Execução do Orçamento.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Plano Plurianual (PPA) - Lei Orçamentária Anual (LOA) – Execução do Orçamento.
- E) Plano Plurianual (PPA) – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - Execução do Orçamento - Lei Orçamentária Anual (LOA).

QUESTÃO 97

A elaboração da Lei Orçamentária Anual deve ser precedida da existência da Lei de Diretrizes Orçamentária e do Plano Plurianual, ela é constituída por três orçamentos. Assinale a alternativa **correta**, que corresponde aos três tipos de orçamento.

- A) Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Empresas.
- B) Orçamento da Assistência Social, Orçamento das Empresas Estatais e Orçamento Fiscal.
- C) Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento das Empresas Estatais.
- D) Orçamento de Investimento das Empresas, Orçamento das Empresas Públicas e Orçamento das Fundações Públicas.
- E) Orçamento Fiscal, Orçamento das Empresas Públicas e Orçamento de Investimento das Empresas.

QUESTÃO 98

Sobre receitas públicas, assinale a alternativa **correta**.

- A) Receita é a entrada de dinheiro e bens nos cofres públicos.
- B) Preço econômico é o valor do bem ou serviço segundo a relação entre oferta e procura.
- C) Segundo a Lei n.º 4.320/1964, a receita pública é classificada economicamente como orçamentária ou extra-orçamentária.
- D) Preço político consiste na receita cobrada para satisfação de uma necessidade comum e indivisível a todos.
- E) O empenho, a liquidação e o pagamento são estágios da receita pública.

QUESTÃO 99

A respeito de dívida ativa analise as afirmativas.

I- A dívida ativa das contribuições previdenciárias recebidas é considerada receita da dívida ativa tributária e classificada como receita tributária, de acordo com o respectivo tributo.

II- A dívida ativa tributária corresponde ao crédito da fazenda pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

III- Ao elaborar o planejamento orçamentário do seu órgão, o agente público deve considerar que as obrigações de seu ente público com terceiros compõem a dívida ativa da União.

Assinale a alternativa **correta**.

- A) Se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- B) Se apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) Se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- D) Se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- E) Se apenas a alternativa III estiver correta.

QUESTÃO 100

Quanto à despesa pública orçamentária, assinale a alternativa **correta**.

- A) Gastos autorizados no Orçamento Geral da União e consignados à entidade em determinado exercício contábil e que reduzem o ativo ou aumentam o passivo.
- B) Dispêndios das entidades públicas durante o exercício contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou aumento de passivos não decorrentes de transações ou distribuição aos proprietários.
- C) Não é submetida ao processo de discussão e aprovação legislativa.
- D) Representa um dispêndio realizado por agente público competente, suportado por autorização legislativa, para execução de um fim público.
- E) Trata-se de uma espécie restrita a despesas unilaterais de governo, provenientes de alienações de bens de capital.